

**Ata da 1.^a Sessão Extraordinária da
Assembleia da União de Freguesias de
Cascais e Estoril**

ASSEMBLEIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASCAIS E ESTORIL

Rua de Santa Rita, 45

2765-281 ESTORIL

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e seis realizou-se, pelas vinte e uma horas, na Rua de Santa Rita, 45, Estoril, uma **Sessão Extraordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril**, convocada nos termos legais, e com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO ÚNICO – APROVAÇÃO DE MINUTA DE PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE CASCAIS NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CASCAIS E ESTORIL – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO ENTRE O MUNICÍPIO DE CASCAIS E A FREGUESIA DE CASCAIS E ESTORIL.

A sessão foi presidida pelo seu Presidente, Senhor Dr. Manuel Basílio de Castro, e secretariada pelos senhores António Manuel da Silva e Patrícia Cristina Martins Salgueiro, 1.º e 2.ª Secretários da Mesa, respetivamente.

Participaram, em conformidade com a "Lista de Presenças", para além dos acima mencionados, os seguintes Membros da Assembleia:

- Manuel Ramos Lopes (PPD/PSD)
- Vasco Prata Palha (PPD/PSD)
- José Alberto Ferreira Alves (PPD/PSD)
(*Em substituição de Maria Gabriela de Viterbo Pitta Gouveia*)
- Bruno Manuel Garcia Aragão Andrea Soares (PPD/PSD)
- João Miguel Gomes de Almeida Telles Ferreira (CDS-PP)
- João Guimarães Martins (CDS-PP)
(*Em substituição de Luís Miguel Ferreira Lima*)
- Nuno Miguel Reihnard Quartin (JONET)
- Solange Marisa de Figueiredo Ribeiro (JONET)
(*Em substituição de Teresa Costa Campos Lopes Alves de Noronha*)
- Vasco Fernando Soares Marques Pereira (JONET)
(*Em substituição de João Paes de Sande e Castro*)
- Maria Ana de Telles Machado Morais de Barros (JONET)
- Duarte de Andrade Mendes de Abreu Loureiro (CHEGA)
- Duarte Manuel Santos Margarido Rei (CHEGA)
- Bruna Rodrigues Vicente (CHEGA)
- Maria João Fialho Gouveia (PS)
- Diogo Maria de Espinhal Torres (PS)
- Álvaro da Costa Cabral e Gil (IL)
- Carlos Manuel do Carmo Martins Mesquita (IL)
- Ana Filipa Alfaia Marques Abraham-James (LIVRE)

Depois de declarada aberta a sessão, os trabalhos decorreram como se descreve em seguida.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Boa noite a todos, boa noite a toda a Assembleia.

Cumprimentar e saudar em especial o Sr. Presidente do Executivo da Junta de Freguesia, assim como todos os seus membros, todos os membros da Assembleia, e o público aqui presente.

Vamos dar início, portanto, à nossa sessão, a 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril.

Eu vou passar a ler a convocatória, para que fique registada em gravação e na ata.

E, de qualquer maneira, como é uma sessão extraordinária, não temos período de antes da ordem do dia, mas normalmente temos o período aberto ao público. Para quem quiser tomar a palavra sobre assuntos da freguesia, é agora o momento de se inscreverem.

“Convocatória da 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril.

Nos termos da alínea d) do art.º 14.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e dando cumprimento ao disposto no art.º 11.º da mesma Lei, convoca-se a 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia da União de Freguesias de Cascais e Estoril, a realizar no dia 27 de janeiro de 2026, pela vinte e uma horas, na Rua de Santa Rita, 45, Estoril, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Proposta 19/2026 – Aprovação de minuta de proposta de delegação de competências do Município de Cascais na União de Freguesias de Cascais e Estoril – celebração de contrato interadministrativo entre o Município de Cascais e a Freguesia de Cascais e Estoril.”

Convocatória em edital de 19 de janeiro de 2026.

Queria também dar nota à Assembleia das seguintes substituições: Maria Gabriela de Viterbo Pitta Gouveia foi substituída por José Alberto Ferreira Alves, do PPD/PSD; Luís Miguel Ferreira Lima, do CDS-PP, está substituído por João Guimarães Martins; Teresa Costa Campos Lopes Alves de Noronha Andrada, do Grupo “Cascais para Viver”, está substituída por Solange Marisa de Figueiredo Ribeiro; João Paes de Sande e Castro, também do Grupo “Cascais para Viver”, está substituído por Vasco Fernando Soares Marques Pereira. E não registo mais substituições.

Estão presentes, neste momento, os vinte e um (21) elementos que compõem a nossa Assembleia de Freguesia.

Uma vez que não registamos nenhuma inscrição do público para falar sobre assuntos da freguesia, passo a palavra para o **Ponto n.º 1**, e passo a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, para apresentação, se assim o entender, do ponto único.

--- Presidente do Executivo ---

Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, em si e em todos os membros da Mesa, um cumprimento muito especial, Sras. e Srs. Deputados, caros membros do Executivo, público aqui presente, sintam-se todos cumprimentados.

Hoje, esta Assembleia é de ponto único, e por isso, queria dar um especial agradecimento pelo esforço e pela disponibilidade em podermos reunir sobre um ponto extraordinário, numa Assembleia em que eu também sei o que é estar desse lado, e dirigir-nos a uma Assembleia sem PAOD, onde, de facto, têm mais temas e pontos para serem debatidos. E apesar dos nossos deveres, enquanto autarcas eleitos, não deixo de agradecer a vossa presença.

Este contrato interadministrativo não surge do nada, nem é fruto do imprevisto; ele resulta de um percurso claro, que é transparente, foi aprovado em reunião de Câmara, foi aprovado em Assembleia Municipal, foi aprovado em reunião do Executivo da Junta, e chega hoje a esta Assembleia para que seja devidamente escrutinado, para que seja devidamente debatido, discutido, e caso a Assembleia assim o considere, o possa aprovar.

Costuma-se dizer que estes contratos interadministrativos são técnicos, e é uma realidade. Eles definem muito bem, através dos seus artigos, através daquilo que são as suas variadas alíneas, eles limitam muito bem as suas responsabilidades, os seus procedimentos, como é que, do ponto de vista administrativo, a documentação deve ser apresentada, de forma muito detalhada, diria. Mas, também é verdade que é um documento político. É um documento político, no melhor sentido da palavra, porque traduz aquilo que são opções claras, seja a opção de investir na proximidade, na eficiência, na melhoria concreta da qualidade de vida dos nossos fregueses.

Mais do que um contrato, este é um instrumento que permite essa análise. O investimento, em que é que é? Nas pessoas, na nossa qualidade de vida, de quem sente e vive a freguesia no dia a dia, investimento no espaço público, que é o primeiro cartão de visita da nossa freguesia e para quem vive cá, também traduz investimento nas escolas, onde se constrói o futuro, investimento nos parques infantis, que são espaços de encontro, de brincadeira e de qualidade de vida.

Naturalmente, o contrato define um conjunto de competências muito concretas, desde a limpeza de sarjetas e sumidouros, à manutenção e substituição de mobiliário urbano, passando pelas pequenas reparações nos estabelecimentos de educação do pré-escolar e do 1.º ciclo, ou pela manutenção dos espaços envolventes das escolas, competência essa também da Junta de Freguesia.

São matérias relevantes, mas não me alongarei sobre estes pontos, uma vez que elas estão devidamente descritas no contrato interadministrativo, como é do conhecimento desta Assembleia.

Por isso, sublinhar, acima de tudo, outra questão, e outra valência do documento que nós estamos a apresentar, é que exatamente aquilo que nós apresentámos há um mês e meio atrás, desde a data da última Assembleia, em que aprovámos o Orçamento e o Plano de Atividades para 2026, ele não apresenta, nem menos, nem mais um cêntimo do que aquilo que eu apresentei, exatamente a todos os Partidos, ao abrigo do Estatuto da Oposição. Vocês poderão confirmar que aquilo que é o documento remetido para todas as Sras. e Srs. Deputados, são exatamente os mesmos cêntimos que ficaram plasmados no Orçamento e no Plano de Atividades apresentados há um mês e meio atrás. E isto faz-se assim, ficou compromissado, ficou aprovado, e é isso que vem no contrato interadministrativo. Portanto, não há surpresas, não há alterações de última hora, não há desvios face ao que foi validado democraticamente por esta Assembleia; há, isso sim, coerência, planeamento e execução.

E também deixar-vos esta palavra de conforto, que à medida que as nossas Assembleias ordinárias vão decorrendo, podem sempre contar com um papel deste Executivo, em trazer exatamente, do contrato interadministrativo, o que é que está a ser executado, quanto é que já foi executado, em percentagens, faremos esse trabalho, também exatamente com o que as verbas que este contrato interadministrativo dispõe e delega na Junta de Freguesia, que seja devidamente reportado a esta Assembleia, dentro do período regular e ordinário das nossas Assembleias de Freguesia.

Por isso, é um procedimento que é jurídico, que é procedimental, também é a única vez que o vamos ter de fazer neste mandato, a aprovação do contrato interadministrativo, uma vez que ele decorrerá e fica validado para o presente mandato, e portanto, não haverá necessidade de o trazer novamente à Assembleia de Freguesia, dentro de um ano.

Como vos disse, em jeito de conclusão, é um documento que é técnico, sim senhor, é um documento que é político, também, e é um documento que também é de investimento, que vos permite a vocês perceberem exatamente, porque se trata de dinheiros públicos, mas também dizer-vos que não há espaço – e também para vos dar algum conforto na aprovação deste documento – não há espaço para o imaginário, não há espaço para o livre-arbitrio deste Executivo, de poder agarrar naquilo que são as verbas que lá estão plasmadas e decidir investir noutra matéria, ou noutra questão qualquer.

Eu não sabia exatamente como é que são os processos administrativos, isto funciona exatamente com uma comunicação prévia da Junta de Freguesia à Câmara, que pretende – vou dar-vos o exemplo de uma empreitada de calçada, de reparação de via pública, onde nós temos de abrir esse procedimento, vamos imaginar, de 50.000€, esses 50.000€, nós temos de apresentar as faturas à Câmara Municipal de Cascais, ao seu Departamento Financeiro, e neste caso, a quem fará a gestão corrente dos contratos interadministrativos, que estão sob a tutela do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais, é devidamente validado, a Junta tem de fazer primeiro o investimento, e só depois é que a Câmara Municipal, com o devido relatório e com a devida fatura, faz a transferência dessa verba.

Portanto, é sempre uma oportunidade de falarmos todos um bocadinho sobre estas questões que são mais burocráticas, mais administrativas, mas que também é um documento – se me permitem também aqui

alguma partilha de opinião – que tem a ver também com a responsabilidade e importância das Juntas de Freguesia.

Eu apresentei-vos isto há cerca de um mês e meio atrás, este contrato interadministrativo, infelizmente, representa uma grande fatia do nosso Orçamento anual, estamos a falar de 66%. Eu digo “infelizmente”, por quê? Porque gostava que representasse menos, e que as nossas verbas fossem muito maiores, e que a entrada deste valor representasse muito menos do que os 66%, e num mundo ideal poderia representar abaixo da metade do nosso Orçamento. Essa não é a realidade, por isso este contrato interadministrativo é de uma extrema importância para a Junta de Freguesia, e daí também, Presidente, agradecer o motivo pelo qual convocámos esta reunião extraordinária. Terminar desta forma, porque se nós esperássemos pelo mês de abril, data em que obrigatoriamente teremos de realizar a próxima Assembleia de Freguesia, a Junta estaria impedida de receber qualquer despesa de capital decorrente das mais variadas áreas que estão plasmadas neste contrato interadministrativo.

Por isto, esta aprovação do contrato interadministrativo, esperemos que mereça a aprovação desta Assembleia, e, naturalmente, esperamos o contributo responsável de todos para que possamos continuar a cumprir aquilo a que nos propusemos, que é cuidar de Cascais e do Estoril, com proximidade, seriedade e visão de futuro.

Por isso, muito obrigado, Sr. Presidente.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado. Tem a palavra Maria João Fialho Gouveia, do Partido Socialista, se faz favor.

--- Maria João Gouveia (PS) ---

Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Junta, restante Executivo, caros colegas, membros da Assembleia, e público aqui presente.

O Partido Socialista sempre defendeu a descentralização, com vista ao exercício de uma política pública de proximidade, que melhor permite conhecer a realidade local e as necessidades dos fregueses. Consideramos, portanto, fundamental esse reforço de capacidade de intervenção das freguesias, que possibilita uma melhor utilização e gestão dos recursos.

As funções delegadas nas freguesias são diversas e variadas, indo desde a gestão da higiene urbana e da manutenção dos espaços públicos, à conservação do património. E permitam-me elencar mais umas quantas: também ao patrocínio de iniciativas de carácter social, educativo, cultural e desportivo, e ao apoio ao associativismo local, tão importante. É também da sua competência a limpeza de sarjetas e sumidouros, a conservação de caixas de recolha de águas pluviais – hoje é um exemplo dessa importância – a manutenção de calçadas, intervenções de qualificação e segurança rodoviária, a reparação e a substituição de mobiliário urbano instalado no espaço público, a realização de reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar do 1.º ciclo do ensino básico, bem como a manutenção dos espaços envolventes

destes mesmos estabelecimentos, a gestão e manutenção de feiras e mercados, o exercício de poderes de controlo em várias atividades, tais como a construção, reconstrução, conservação e demolição de edifícios, a colocação de placas toponímicas a honrar pessoas do nosso Cascais e Estoril, a colaboração com a Proteção Civil, e o licenciamento de mensagens publicitárias. E ainda, entre outros, a captura e alojamento de cães e gatos.

E aqui, gostávamos de perguntar ao Executivo se estas ações serão realizadas em colaboração com a Associação S. Francisco de Assis, ou com o CROA, e qual é a participação que a Junta de Freguesia tem no seio destas duas entidades.

O que nós vimos aqui hoje sancionar é a aprovação da celebração do contrato interadministrativo entre a Câmara Municipal de Cascais e a União de Freguesias de Cascais e Estoril, que provê os meios e recursos municipais – humanos, patrimoniais, financeiros – também que os apoios sejam distribuídos neste mandato como constam no mapa, no total de cerca de 11.100.000€, e que, resultado desta votação, este mesmo documento seja submetido à Assembleia Municipal de Cascais para efeitos da sua autorização.

Por tudo isto, eu gostaria de dizer que o Partido Socialista vai votar favoravelmente.

Muito obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Maria João.

Eu não tenho mais inscrições sobre este ponto da ordem de trabalhos. João Miguel Ferreira, do CDS-PP, se faz favor.

--- João Miguel Ferreira (CDS-PP) ---

Boa noite. Queria cumprimentar o Sr. Presidente da Mesa, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cascais e Estoril, os restantes membros do Executivo, todos os restantes presentes na sala.

O CDS manifesta o seu apoio ao contrato interadministrativo celebrado entre a Câmara Municipal de Cascais e a Junta de Freguesia de Cascais e Estoril.

Este contrato representa um instrumento sério de descentralização administrativa, permitindo que a Junta exerça competências que garantem respostas mais rápidas, mais eficazes e mais ajustadas às necessidades concretas da nossa população.

Ao aproximar a decisão e a execução dos problemas do cotidiano, como a manutenção do espaço público, pequenas intervenções urbanas e apoio de proximidade, reforça-se a qualidade do serviço público e a confiança dos cidadãos nas instituições locais.

Para o CDS, este é o caminho correto: mais autonomia local, melhor gestão de recursos públicos e uma administração mais próxima das pessoas.

Por isso, o CDS vota favoravelmente este contrato, por entender que ele contribui para uma Freguesia de Cascais e Estoril mais eficiente, mais responsável e mais preparada para servir os seus munícipes.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, João Ferreira, do CDS-PP. Dou a palavra a Filipa Marques, do Livre.

--- Filipa Abraham-James (Livre) ---

Boa noite a todos. Queria saudar o Sr. Presidente da Mesa, os restantes membros da Mesa, o Sr. Presidente da Junta, o Executivo, colegas e membros do público.

Vou ser muito sucinta. Eu vou votar favoravelmente esta proposta, porque somos a favor de uma autonomia, de uma transferência e de uma maior eficiência.

Eu queria só levantar três pontos muito, muito rápidos.

Um deles tem a ver com a parte da competência delegada, relativamente à autorização e acompanhamento de atividades, exploração de máquinas de diversão, eu presumo que isto tenha a ver com os carrosséis, e este tipo de equipamento de feiras. Tem a Junta a capacidade de controlo prévio, e poderes de autoridade, se houver uma falha grave num desses equipamentos? Eu falo isto porque, por aquilo que eu observo, em Cascais, os equipamentos que eu vi funcionaram sempre bem, mas eu já vi, por exemplo, em Tires, temos equipamentos com calços de madeira a suportar equipamentos. E, quer dizer, uma coisa são os equipamentos que estão certificados, mas a própria instalação, e as pessoas que estão a gerir esses equipamentos, muitas vezes nem sequer têm formação, e há um grande risco. Portanto, como é que a Junta vai otimizar, ou ter uma capacidade técnica para vistoriar a segurança desses equipamentos. É só um ponto.

O segundo ponto é na pág. 7 – mas, se calhar eu vi mal, mas no Ponto n.º 1 da cláusula quarta, “*no âmbito do presente contrato, a primeira outorgante compromete-se...*”, eu presumo que seja a segunda outorgante, e haja aí uma gralha – pág. 7.

E relativamente à passagem, fica excluída a delegação de competências da gestão de espaços verdes. Eu percebo a raiz do problema, e quero acreditar que isto resulte numa melhor otimização, e melhoria da manutenção dos espaços verdes, ficar tudo concentrado na Câmara. Eu espero que corra bem.

E pronto, vou votar favoravelmente esta proposta.

Obrigada.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Filipa Marques, do Livre. Dou a palavra a Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal.

--- Carlos Mesquita (IL) ---

Saúdo todos os presentes, em particular o Sr. Presidente e os membros da Mesa, e os restantes.

A Iniciativa Liberal vota favoravelmente a Proposta n.º 19/2026, relativamente à delegação de competências do Município de Cascais, por uma razão de princípio: acreditamos que a proximidade conta, e que as freguesias, quando devidamente capacitadas, podem prestar melhores serviços aos cidadãos do que as estruturas mais distantes e centralizadas.

A descentralização administrativa pode ser um instrumento positivo de eficiência, de rapidez na resposta, e de melhor conhecimento do território. Neste sentido, não temos uma posição de rejeição ideológica à delegação de competências, pelo contrário.

No entanto, é importante deixar claro que este voto favorável é acompanhado de algumas reservas políticas, desde logo porque a descentralização só é real quando é acompanhada de uma verdadeira autonomia, e uma autonomia verdadeira implica meios financeiros, humanos e materiais adequados, claros e estáveis.

A proposta que hoje discutimos condiciona as transferências à existência de fundos disponíveis, o que cria um risco objetivo de a freguesia assumir responsabilidades sem a correspondente cobertura financeira. Esse risco não pode ser ignorado.

Em segundo lugar, estamos perante uma delegação sobretudo operacional, em que a freguesia executa, mas o Município mantém grande parte da definição estratégica, normativa e de fiscalização. Cria uma relação assimétrica, onde a freguesia assume o desgaste da execução e da proximidade com os cidadãos, mas sem a margem de decisão que deveria acompanhar essas responsabilidades.

Acresce ainda a ausência de uma avaliação clara de custo / benefício, não são apresentados dados objetivos que permitam perceber com rigor se estas competências serão exercidas de forma mais eficiente pela freguesia do que pelo Município, nem quais os custos reais associados a cada uma delas.

Para a Iniciativa Liberal, gastar melhor é tão importante quanto gastar menos. E aqui, essa análise faz falta.

Por estas razões, o nosso voto favorável não é um cheque em branco; é um voto de expectativa responsável. Esperamos que esta delegação seja acompanhada de monitorização rigorosa, uma avaliação periódica de custos e resultados, e de abertura para a revisão do modelo, caso se verifique que a freguesia não dispõe dos meios necessários para cumprir as competências que lhe são atribuídas.

A Iniciativa Liberal estará atenta, defendemos a descentralização que reforce a autonomia local, melhore a qualidade dos serviços e respeite o dinheiro dos contribuintes. É à luz desses princípios que hoje votamos favoravelmente, mas com as nossas reservas assumidas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal. Duarte Abreu Loureiro, do Chega.

--- Duarte Abreu Loureiro (Chega) ---

Boa noite a todos, Sr. Presidente da Junta, Sr. Presidente da Mesa, Executivo e Mesa, todos os presentes, caros deputados, e os outros presentes.

Eu tenho aqui alguns pedidos de clarificação, na medida em que acho que há algumas coisas importantes de clarificar, sendo o documento, como disse o Sr. Presidente da Junta, e bem, muito técnico, mas carece de algumas explicações, algumas da minha ignorância, outras em que eu preciso de ter a certeza do que está aqui presente.

Em primeiro lugar, eu tenho de clarificar o alcance da transferência em vários exemplos. Quando nós vemos aqui, por exemplo, transferência de competências face ao mobiliário urbano, não se quantifica, e eu parto do pressuposto que seja na totalidade. Isto é importante, porque é necessário ter a certeza de que não há um duplo cabimento nos Orçamentos da Câmara com os da Junta. É preciso ter isso em atenção, e eu queria clarificar a totalidade do cabimento, nesta questão.

Depois, eu confesso que vejo aqui cumprida plenamente a Lei que leva a este contrato, a Lei que, no fundo, incentiva a transferência de competências das Câmaras para as Juntas, mas não sei se está a ser cumprido necessariamente o espírito da Lei. Eu vejo apenas, neste contrato, vejo a Junta com os braços muito atados. Passo a explicar: eu vejo algumas situações onde tudo requer aprovação da Câmara Municipal, depois consulta técnica da Câmara Municipal, exceto nos casos em que a Câmara Municipal faz, por ser demasiado complicado para a Junta. Depois, a Câmara Municipal dá indicações à Junta de como fazer, e se não forem cumpridas, cortam o orçamento.

Não me parece que seja exatamente uma transferência de competências; parece uma atribuição de tarefas, com supervisão. Gostaria de alguma clarificação nesse aspeto, porque gostamos que seja cumprido também o espírito da Lei, para trazer a maior descentralização possível.

Queria também fazer uma questão, quanto à questão aqui da tabela dos valores, quanto ao capital das vias e sinalização, aqui admito a minha ignorância, mas é onde eu vejo uma discrepância maior, e que tenho dificuldade em compreender, entre as despesas correntes e as de capital, e queria compreender essa questão, se fosse possível que me explicassem.

E queria também perceber, na medida em que esta transferência de competências – temos aqui várias coisas, que eu tenho algum medo que possa ser, depois da conversa que já tivemos com o Sr. Presidente, e dos vários deveres que a Junta já faz, eu pergunto-me se vai haver algum reforço no pessoal da Junta para todo este aumento de tarefas e de deveres, e se não, como é que se cumprem bem estes deveres sem nenhum reforço do pessoal, que já trabalha muito bem, mas que já tem muito trabalho nas mãos.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega. Dou a palavra a Maria Ana Morais Barros, do “Viver por Cascais”.

--- Maria Ana Barros (JONET) ---

Boa noite, Sr. Presidente, boa noite a todos.

Vamos direitos aqui à questão.

Pasme-se, Sr. Presidente da Junta, nós vamos votar a favor. Tem dito que votamos sempre contra, mas não, vamos votar a favor.

Temos algumas questões, que já sabemos, quando tivemos a reunião a propósito da Oposição, que a Junta está de mãos e pés atados, a propósito do Orçamento que tem disponível, e a parte dos recursos humanos está limitada na Junta. E com isso, temos aqui algumas questões que gostaríamos de levantar, e de perceber como é que nós podemos resolver isto em conjunto.

Relativamente ao ponto da manutenção, reparação, conservação e substituição de mobiliário urbano, que se lembram que foi uma das questões que levantámos na altura da reunião, para nós não fica claro qual é o mobiliário abrangido. É todo? Não aparece, mas fica delimitado com rigor o que é da Câmara e o que é da Junta. Convém que estes contratos não dupliquem tarefas, o que não está estritamente assegurado no contrato.

Relativamente à gestão operacional e manutenção corrente das feiras e mercados, também quais são as feiras e os mercados a transferir para a Junta. Seria importante esclarecer, assim poderá haver uma duplicação também da tutela, e uma vez que também estamos com pouco pessoal, como é que isto é feito, e como é que não é.

Depois, relativamente também à realização das pequenas intervenções de construção, aqui a Câmara transfere, mas continua a ter a decisão final, ficamos aqui um bocadinho todos de mãos e pés atados, principalmente o Executivo.

E relativamente à autorização e ao acompanhamento e organização de espetáculos desportivos, recreativos e outras atividades ao ar livre, a realizar na via pública, jardins e outros espaços públicos da freguesia, em coordenação com a Câmara Municipal, quem é que autoriza? Não está claro esse ponto também.

E relativamente a este âmbito, a fiscalização de pequena escala no âmbito da ocupação do espaço público, nomeadamente esplanadas, andaimes, tapumes, publicidade de reduzida dimensão e estruturas temporárias, mediante instruções e normas da Câmara Municipal. Uma vez que nós estamos, mais uma vez, com os meios humanos diminuídos, se tem a competência, e designadamente fiscais no nosso quadro de pessoal, para poderem fazer esta fiscalização.

E basicamente, há aqui outros pontos, mas, de facto, estes, para nós, são, sem sombra de dúvida, aquilo que mais nos interessa, porque há outros pontos, obviamente, pelos quais temos algumas reservas, mas já vimos que, infelizmente, há coisas que a própria Junta, o Executivo também não se pode alargar muito mais do que aquilo que está plasmado no Orçamento.

Obrigada, boa noite.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, D. Maria Ana Morais de Barros, do Grupo "Cascais para Viver". Manuel Ramos Lopes, do PPD/PSD.

--- Manuel Ramos Lopes (PSD) ---

Boa noite, Sr. Presidente. Cumprimento a Mesa, o Executivo, os colegas aqui presentes.

Relativamente a este contrato interadministrativo celebrado entre o Município de Cascais e a União de Freguesias de Cascais e Estoril, ele está contemplado numa Lei habilitante, que é o Regime Jurídico das Autarquias Locais, que prevê precisamente este tipo de acordos, e prevê que haja transferência de recursos. Falou-se aqui nos recursos financeiros, mas além disso, prevê-se também neste tipo de acordos que haja transferência de recursos humanos, e também patrimoniais.

Os princípios subjacentes à Lei quadro que prevê este género de competências são precisamente a agilização, a proximidade, e um menor custo. E portanto, é de saudar este tipo de delegação, cujo encaixe financeiro para a Junta de Freguesia está estabelecido *ad initium*, e o quadro temporal também.

E portanto, o PSD irá, naturalmente, votar favoravelmente este contrato interadministrativo.

Não queria deixar, no entanto, de comentar aqui duas intervenções, do Duarte Abreu Lourelro e do Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal.

Relativamente à Iniciativa Liberal, aquilo que estava subjacente à intervenção era, no fundo, que a Junta não teria recursos humanos, e quer a intervenção de um, quer do outro, era nesse sentido, que estava muito

ancorada naquilo que é a própria autarquia, Município. Mas, isto são acordos de cooperação, é isso mesmo que se prevê, não se prevê que haja aqui redundâncias de estruturas, isso inclusive iria contra aquilo que a Iniciativa Liberal pensa que é mais Estado. Ou seja, a Junta vai contratar muito mais pessoas para fazer isso, é essa a proposta da Iniciativa Liberal? Aqui, é um acordo de cooperação, e portanto, não faz sentido. Faz sentido que seja a Junta a fazer, porque está mais próxima das ocorrências, mas não faz sentido que haja aqui assim um incremento de estruturas, e redundâncias, tanto mais que há possibilidade de recorrer a prestadores de serviços.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Manuel Ramos Lopes, do PPD/PSD.

Eu não tenho registo de mais nenhuma inscrição. Com certeza, Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal.

--- Carlos Mesquita (IL) ---

Era só para responder, nós não propusemos nenhuma duplicação de estruturas; aquilo que nós referimos foi precisamente que do que decorre deste documento, existem, de facto, riscos significativos, do lado da Junta, para cumprir um conjunto de obras, nomeadamente aqui no Ponto K, por exemplo, logo na introdução diz que as transferências serão apenas efetuadas em caso de existirem fundos disponíveis. O que é que isto significa? Se não há fundos, a Junta executa, e depois não é paga?

Enfim, o que estamos a alertar é para alguns riscos que existem, pelas obrigações que são atribuídas vs. situações de incerteza, depois, no pagamento das verbas, ou até na capacidade de execução. Não estamos a falar em duplicação, como é óbvio.

Já agora, aproveitava só para fazer uma pergunta, se calhar por ignorância minha. Aqui na tabela, isto é *flat*? Ou seja, não há inflação, é mesmo assim que é suposto ser?

Fundamentalmente, são estas questões, questões de alguma incerteza.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Sr. Presidente, se não se importa, depois responde, para que fique registada na ata. Muito obrigado, Carlos Mesquita, da Iniciativa Liberal.

Portanto, não havendo mais ninguém inscrito, dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta, para os esclarecimentos que achar necessários às interrogações questionadas. Muito obrigado.

--- Presidente do Executivo ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer todas as questões colocadas, todas elas questões pertinentes e naturais. Algumas saberei responder, outras carecem também de algum estudo, em vicissitude de ainda não termos completado três meses de mandato. Mas, até se se recordarem, 30 de outubro, ainda não completámos três meses.

E também terei de ser breve, por dois motivos. O primeiro é que acabei de ser convocado para uma reunião da Proteção Civil, no nosso centro de operações, tendo em conta a tempestade que se aproxima, e que irá chover mais hoje do que em um mês normal de inverno, são essas as previsões. E o segundo é porque acho que também temos de ir todos rapidamente para casa, uma vez que a hora de previsão é meia-noite. Não estacionem o carro perto de árvores, e tomem as devidas medidas preventivas.

Sobre a questão da Sra. Deputada Maria João Fialho Gouveia, Associação S. Francisco de Assis e articulação: a Junta de Freguesia – aliás, todas as Juntas de Freguesia são membros honorários e sócios honorários da Associação S. Francisco de Assis. Há pouco citei os noventa dias, não por inocência, mas também para fazer aqui o devido ponto de situação. Nós ainda não tivemos oportunidade de reunir com a Associação S. Francisco de Assis, no sentido de perceber onde é que estão os vazios procedimentais, mas é certo que a experiência que temos tido é a mais positiva possível. Sabemos que estão equipas de piquete vinte e quatro horas por dia, trezentos e sessenta e cinco dias por ano – às vezes as pessoas questionam-me o porquê do valor das taxas, quando um determinado animal tem de ser abatido, ou as próprias consultas de veterinária que lá ocorrem, e, de facto, nada custa aos contribuintes, e daí o valor das taxas. Estamos a falar de equipas de resgate animal que estão vinte e quatro horas na rua, mas nós também vamos perceber como é que nós, Junta de Freguesia, podemos ser mais úteis e mais eficazes nesta atuação da Associação S. Francisco de Assis, sendo certo – e caso contrário, algum membro desta Assembleia detete alguma situação, mas, como se costuma dizer, no exercício destas funções, “*no news, good news*”. E aquilo a que temos assistido é, de facto, a uma intervenção muito eficaz da Associação S. Francisco de Assis. Mas, à semelhança do que vamos agora fazer também com a Ribeira das Vinhas, perceber aqui, exatamente, com a formação da comissão técnica, proposta da Sra. Deputada do Livre, também acho que poderá fazer sentido nós promovermos uma visita dos membros desta Assembleia à Associação S. Francisco de Assis, para perceber exatamente como é que esta associação funciona, quais são as necessidades, os desafios, e perceber como é que esta Assembleia pode ser útil à Associação S. Francisco de Assis.

Agradecer a intervenção do Sr. Deputado João Telles Ferreira. De facto, concordamos no espírito desta proposta.

À Sra. Deputada do Livre, Filipa, controlo prévio dos equipamentos certificados – e penso que aproveito já para responder à questão da Sra. Deputada Maria Ana, que tinha a ver com a presença de fiscais da Junta de Freguesia: de facto, é algo que não pertence ao nosso quadro de pessoal. Sei de Juntas de Freguesia que optaram, e optam, pela contratação desta prestação de serviços, de um fiscal que não só vá monitorizando aquilo que são as obras que vão decorrendo, fazendo os autos de obras, como outro tipo de serviços. Não é a realidade, neste momento, na nossa Junta de Freguesia.

Este controlo prévio de equipamentos certificados, neste momento, o que é que nós temos tido na nossa freguesia? Temos tido a célebre roda gigante, na Baía de Cascais, que este natal não aconteceu, um dos carrosséis mais míticos, penso que seja o carrossel mais antigo do país – não sei se sabiam disto – aquele que é o carrossel que está na baía, é o carrossel mais antigo do país, e isso nota-se. O que uma pessoa considera bonito, a outra pode não considerar. Neste caso, eu considero que o carrossel até é bastante interessante do ponto de vista patrimonial e histórico.

Mas, há aqui duas questões que eu vou assumir, e que vêm no contrato interadministrativo, que têm a ver com os eventos desportivos e com os equipamentos certificados. Neste momento, nestes noventa dias, não nos tem chegado qualquer pedido de licença e de autorização, que é com certeza também algo a aprimorarmos com a Câmara Municipal de Cascais, e perceber por que é que estes pedidos de licença não têm chegado. Não têm chegado, e todos nós sabemos algumas das coisas que têm acontecido, vou partir do pressuposto de que também são arestas que têm de ser limadas entre dois Executivos que são novos.

Sra. Deputada, fez ainda uma questão sobre os espaços verdes, nós abordámos isso amplamente na última Assembleia de Freguesia, eu também partilhei aqui convosco que esperarmos resultados diferentes com a mesma tática, é como ir para o intervalo a perder, e não mudar a tática para a segunda parte. E é isso que vamos fazer, com a passagem dos espaços verdes para a Cascais Ambiente, com o espírito de missão de que serviremos um melhor produto aos nossos fregueses.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Carlos Mesquita, que questionava os valores que estão plasmados no contrato interadministrativo, ele, de facto, limita aquilo que é um teto máximo. E há pouco, também aproveitar, que quando, há pouco, vos falei da taxa de execução que pretendemos trazer, são tudo números de controlo novos que este Executivo irá introduzir no reporte à Assembleia de Freguesia. E esta monitorização da taxa de execução, e aquilo que é feito, e, exatamente, o contrato interadministrativo, são indicadores novos que serão introduzidos nesses relatórios, por iniciativa, e não por obrigação do contrato interadministrativo.

São tetos máximos. O que é que pode acontecer? Vamos simular que em vias e sinalização, que o valor do teto é de 600.000€ de capital, e neste momento, nós apresentamos faturas no valor de 700.000€. O contrato interadministrativo é leonino nesse aspeto, a não ser que possa ser acordado entre a Câmara e a Junta de Freguesia um apoio extraordinário. Não é a primeira vez que isso acontece, pelo contrário, até é algo que acontece com alguma frequência, algo que fuja da natureza deste contrato interadministrativo, e a Câmara decida que o melhor percurso é apoiar via Junta de Freguesia, esse apoio extraordinário pode acontecer.

Até vos vou dar um exemplo que transita do Executivo e do Presidente cessante, anterior, e que já fui eu a receber a verba, já foi este Executivo a receber a verba, mas sobre uma obra que já tinha sido realizada, que teve a ver com o nosso Centro de Convívio do Bairro do Rosário. Foi feita uma grande pintura interna, já apresentava alguns sinais de degradação, e a Câmara alocou uma verba, e foi à Assembleia Municipal – também estão aqui membros da Assembleia Municipal, que se recordam – e nós recebemos a tranche dessa obra, que já tinha sido executada, e que estava à margem do contrato interadministrativo.

Portanto, é um teto máximo, não quer dizer que não possam existir apoios extraordinários.

Relativamente à questão do deputado Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega, mobiliário urbano, duplo cabimento, esta é uma preocupação que faz todo o sentido. Nós temos procurado, dentro daquilo que são as variadíssimas áreas e os pelouros dos diferentes Vereadores, neste caso, sob a tutela da Sra. Vereadora, Arq.^a Rita Coimbra, temos definido, e nesta fase dos tais noventa dias de que vos falava, a definição de prioridades – o que é que fica a cargo da Junta de Freguesia, o que é que fica a cargo da Câmara Municipal de Cascais. Mas, alerta que a nível de contratos interadministrativos, ele também é claro na substituição de mobiliário já existente. Ou seja, eu não posso agarrar nesta verba das vias e sinalização, de capital, e decidir que vou colocar à volta deste edifício vinte bancos de mobiliário urbano, porque penso que o que faz falta aqui é que as pessoas tenham lugar para se sentar, e observar os pombos, e os pássaros, e estar a ler o seu jornal, tranquilos. Isso é sempre um trabalho, a instalação de novos, que deve ser em articulação, ou deve ser a Câmara Municipal a instalar. A substituição, a Junta de Freguesia tem toda a autonomia para poder chegar lá, este banco é velho, vamos comprar um novo, tem cabimento dentro deste contrato interadministrativo.

Controlo e autonomia, como esta Assembleia não nos passa cheques em branco, a Câmara também não nos passa cheques em branco. E portanto, é normal que, como aqui o Sr. Deputado Manuel Ramos Lopes dizia, haja este controlo sobre uma verba que nos estão a passar. E sinceramente, para quem não anda nesta vida há muitos anos, ainda bem que é assim, e que estamos todos protegidos nesse aspeto, com a devida documentação, e que este contrato interadministrativo, nesse aspeto, também é bastante descritivo.

Depois, o Sr. Deputado Duarte ainda tinha a questão das vias de sinalização, de capital ou correntes. De facto, tenho também aprendido muito sobre esta questão. Isto é tão simples como: o que é considerado capital tem a ver com aquilo que é propriedade da Junta de Freguesia – vamos falar de uma calçada que é já existente, e estamos a requalificar essa calçada, onde há um buraco; o facto de ser uma requalificação, estamos a falar de uma despesa de capital, porque já pertence à propriedade e ao domínio público. O que é que é isso? Há uma fatura, vamos imaginar, de 10.000€, fizemos várias avenidas, é uma despesa de capital. Se é manutenção de algo do dia a dia, aí já vai para corrente.

É um exercício altamente contabilístico, que nesse aspeto, os nossos técnicos oficiais de contas, os nossos TOC's e ROC's, são leoninos nesse escrutínio, do que é requalificação, e do que é construção.

Reforço do pessoal, é uma grande questão. De facto, um trabalhador, sabemos o que é que custa ao Orçamento global da Junta de Freguesia. É algo que estamos a avaliar nesta fase, estamos também a estabelecer e a reorganizar aquilo que são os serviços, nomeadamente um organograma que dê resposta àquilo que a Junta de Freguesia é hoje, dentro do quadro de pessoal.

Diria que sim, que, de facto, a equipa de intervenção de rua, a equipa que faz a manutenção das calçadas, dos pilaretes, das vias e sinalização, dos buracos, da manutenção das escolas, da manutenção dos parques

infantis, é uma freguesia claramente muito grande para o número de pessoal que temos. É algo que está nos nossos objetivos, poder reforçar esta equipa de rua – porque eu explico muitas vezes isto às pessoas, que aquilo que eram as necessidades da requalificação de uma determinada calçada, ou de uma determinada estrada, onde passavam cem carros, há dez anos atrás, hoje passam sensivelmente cinco, seis vezes mais, e isso aumenta as exigências daquilo que é a requalificação do espaço público. E isso, de facto, nota-se, a juntar a todas as intempéries que deixam o nosso espaço público ainda mais degradado, logo após algumas das chuvas intensas que caem no nosso país e na nossa freguesia.

Relativamente à Sra. Deputada Maria Ana Sousa Macedo, mobiliário urbano, substituição, penso que a questão tinha a ver com a substituição, já respondi.

Mercado, atividades económicas: esclarecer que aquilo que neste momento é tutela desta Junta de Freguesia tem a ver com a atividade económica do Jardim dos Passarinhos. É a única, neste momento, que está sob a tutela da Junta. Tudo o que é Mercado de Cascais, Jardim da Parada, Baía de Cascais – estou a tentar lembrar-me de todos os locais da freguesia onde eu costumo ver mercadinhos e vendedores ambulantes – todos esses tem sido a Câmara, através da atribuição da licença no mercado, aí é próprio, também o Mercado DNA Cascais, Jardim da Parada e baía, é a Câmara, é mesmo a própria Câmara a licenciar, e não sei se nos períodos festivos, a DNA também não abre as candidaturas para quem queira comercializar nessas semanas, como foi o caso, por exemplo, do natal, onde cerca de seis semanas, pelo menos, estiveram lá, e já saíram.

Portanto, aquilo que é competência da Junta, dizer que é aquilo que é o jardim, a atividade, neste momento, no Jardim dos Passarinhos – temos as velharias, o Jardim das Velharias, também estamos a trabalhar num plano de atividades – se bem que agora aquilo ali, temos uma situação ingrata, que são todas as obras que ali estão a decorrer à volta do Jardim dos Passarinhos, o que, às vezes, não torna a convivência do espaço muito simpática, às vezes vou lá e ouve-se barulho, mas também acho que as obras que estão a decorrer deixarão uma situação melhor do que a que ali estava no passado.

Espetáculos desportivos e licenciamentos, respondi.

Relativamente à questão da Sra. Deputada Filipa, não nos tem chegado qualquer pedido. E também foi com surpresa – mas, está escrito no contrato interadministrativo, e eu sei que há coisas a acontecer, e que esses pedidos não têm entrado. Não dispomos de fiscais, já tinha respondido.

E agradecer também a intervenção do Sr. Deputado Manuel Ramos Lopes.

E peço que respondi a todas as questões, Sr. Presidente.

Por isso, muito obrigado a todos.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pedi a palavra, de novo, Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega. Faça favor.

--- Duarte Abreu Loureiro (Chega) ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito para dizer três breves pontos, ou dois pontos e uma pergunta.

O primeiro ponto, mencionar sempre que o Chega defende sempre que o princípio da subsidiariedade seja aplicado na sua maior extensão possível, e queremos frisar isso claramente, ainda no decorrer desta reunião.

O segundo ponto: face ao Mercado das Velharias, que é no Jardim dos Passarinhos, em conversa com muitos dos comerciantes que lá estão, dizem que há uma falta de apoio da Junta em fazer a devida publicidade da feira. Não sei se haverá, ou não, nem é o meu lugar o dizer, apenas transmitir essa preocupação por parte dos comerciantes. Aproveitei que o Sr. Presidente mencionou, para o fazer.

E faço só uma questão ao Sr. Presidente, parablenzo-o, e fico feliz que haja a avaliação da possibilidade do aumento do pessoal de intervenção de rua. Queria só perguntar se há alguma previsão de quando é que essa avaliação estará terminada, quando é que será que poderemos saber algo mais sobre isso, tendo em conta o alcance das competências que estão aqui para ser transferidas.

Muito obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Duarte Abreu Loureiro, do Partido Chega.

Há mais alguma questão a colocar ao Sr. Presidente do Executivo? Sr. Presidente, quer tomar a palavra? Faça favor.

--- Presidente do Executivo ---

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado ao Sr. Deputado Duarte Abreu Loureiro, pelas duas questões que me remeteu.

Tendo a concordar sobre a primeira questão, da falta de apoio ao Jardim dos Passarinhos. Assim que as intempéries e esta chuva termine, nós já estamos a desenvolver um plano de comunicação para que possamos promover – foi algo que eu também tive oportunidade de falar com os comerciantes no Jardim dos Passarinhos, em campanha, dediquei algum do meu tempo a parar e conversar com eles. Trabalharemos, inclusive também já reuni com a pessoa que acaba por ser responsável, e faz ali uma

espécie – é um procedimento muito antigo da Junta de Freguesia, eu próprio aprendi, vem desde os tempos em que o Presidente da Junta de Freguesia do Estoril, o nosso saudoso – aliás, esta sala tem o nome do Presidente Luciano Mourão – em que havia uma pessoa responsável, que fazia a coleta da taxa que é paga, e está devidamente aprovada nesta Assembleia – não por este Executivo, mas como não temos qualquer aumento de taxa, também não trouxemos, este ano, a tabela de taxas cobradas. E um desses valores que lá está, tem a ver com os comerciantes, que é um valor que é simbólico – não sei de cor, mas sete euros e qualquer coisa – e que tem uma pessoa responsável, que faz a coleta. E esse, sim, já tive oportunidade de reunir, e foi uma das questões que sinalizámos nessa mesma reunião.

Acho que a nossa divulgação poderá passar por imagens que marquem bem nas nossas redes sociais quando é que acontece a feira, e até fazermos algum plano de comunicação, não só de divulgação nas nossas redes sociais, como também mostrarmos um outro lado, pormos os comerciantes a contarem histórias do que é lá estar, e que possa ser divulgado, não só em fotografia, em vídeo, e que possamos intensificar a comunicação, porque os próprios meios também são muito rudimentares. Eu perguntei se eles divulgavam, eles disseram que fazem tudo, têm uma *designer* espetacular, que afixa tudo. Eu sei onde eles afixam, é numa espécie de quadro informativo que têm à entrada do Jardim dos Passarinhos.

Portanto, há aqui uma questão que temos de modernizar. Só quem lá passe a pé e se dê ao trabalho de ver o quadro informativo é que sabe quando é que acontece.

Sr. Deputado, acho que há aqui uma culpa das partes, não só da Junta de Freguesia, como também dos novos tempos, ou a falta de adaptação a eles por parte de alguns comerciantes. Mas, vamos ajudar. E algo que também tem sido muito falado aqui, que tem a ver com o comércio tradicional, e que pretendemos valorizar e proteger.

Relativamente aos recursos humanos, mantenho a mesma resposta, nós também estamos aqui a fazer um trabalho com o novo técnico oficial de contas – temos aqui também uma situação de substituição do técnico oficial de contas, aquela que vinha desde outro Presidente de Junta, que era o Pedro Silva, antigo Presidente da Junta de Freguesia de Cascais, era a TOC desde essa data. A Dra. Inês Silva, que era a nossa técnica oficial de contas, infelizmente acabou por sair, e já procedemos à substituição, neste caso, por uma questão que teve a ver com a sua promoção noutras funções que ela também tem, o que resultou na sua saída da Junta de Freguesia. E passaremos a ter um novo TOC, e está logo como prioridade perceber até que ponto é que o nosso Orçamento consegue absorver um novo recurso humano para a equipa de rua.

São duas áreas que eu considero fundamentais, a equipa de rua, e também aquilo que tem sido solicitado, que tem a ver com um técnico que aumente as nossas respostas, do ponto de vista social. Portanto, aquilo que é a nossa gestão dos espaços seniores, dos centros de convívio, cada vez com mais utentes, com mais procura, com necessidades cada vez mais globais e diversas na resposta social, dentro daquilo que também são os nossos bairros sociais da freguesia, situação de idosos cada vez mais isolados, mais sozinhos, com uma questão de saúde mental cada vez mais exigente, como é que nós podemos dar resposta a isto tudo. Também temos noção de que aquilo que, neste momento, é o nosso quadro de pessoal, do ponto de vista

da resposta social, também é curto. São duas áreas que eu sinalizo, que vão ter de merecer enorme investimento, sendo que não estou em condições de lhe dizer se vamos ou não vamos contratar no próximo mês, no próximo semestre, ou no próximo ano. Mas, com certeza, durante este mandato – e isto digo muitas vezes, isto também não é um *sprint*, isto é uma maratona que temos de fazer – está com certeza naquilo que são as nossas prioridades, reforçar essa equipa.

Acho que respondi a tudo. Obrigado.

--- Presidente da Mesa da Assembleia ---

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que estamos em condições de passar à votação final. Vou ler novamente o ponto único, Proposta 19/2026 – Aprovação de minuta de proposta de delegação de competências do Município de Cascais na União de Freguesias de Cascais e Estoril – celebração de contrato interadministrativo entre o Município de Cascais e a Freguesia de Cascais e Estoril. Quem vota contra, que se manifeste. Quem se abstém? Três (3), do Chega. Quem vota a favor? Portanto, foi aprovado por maioria, com dezoito (18) votos a favor, e três (3) abstenções, do Partido Chega.

Vou proceder agora, de imediato, à leitura da minuta da ata da reunião.

Leitura da minuta da ata.

Às vinte e duas horas e dez minutos foi lida. Quem se manifesta contra? Quem se abstém? Aprovada por unanimidade, e encerrada a sessão.

Agradeço a todos os membros da Assembleia pelo decorrer da sessão.

Muito obrigado a todos.

Assim, deu-se por terminada a sessão, quando eram vinte e duas horas e dez minutos do dia 27 de janeiro de 2026.


O Presidente da Assembleia de Freguesia

O 1.º Secretário



A 2.ª Secretária

